

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	100.757	77.149
Contas a receber	8.489	5.415
Títulos a receber	7.416	4.136
Devedores diversos	1.167	1.233
Tributos a recuperar	11.543	3.342
Total do circulante	129.372	91.275
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Contas a receber	17.542	17.542
Cauções e depósitos vinculados	21.639	30.246
Outros créditos	9	9
	39.190	47.797
Investimentos	38	38
Imobilizado	5.167.616	5.158.674
Intangível	49.840	51.607
Total do não circulante	5.256.684	5.258.116
TOTAL DO ATIVO	5.386.056	5.349.391



Vitor Pavesi
CPF nº 087.104.794-22
Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	112.302	115.366
Cauções e retenções contratuais	2.859	2.875
Obrigações sociais e tributárias	4.685	5.363
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	4.162	4.091
Débitos de convênios - pessoal cedido	344	226
Outras obrigações	23.017	1.292
Total do circulante	147.369	129.213
NÃO CIRCULANTE		
Recursos Petrobrás S.A. (Refinaria)	765.970	772.358
Receitas diferidas - subvenções governamentais	27.904	26.014
Tributos diferidos	726.946	726.691
Provisão para contingências	2.507	12.823
Outras Obrigações	10.686	-
	1.534.013	1.537.886
Recursos da União	644.353	644.353
Total do não circulante	2.178.366	2.182.239
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	1.574.330	1.510.922
Reservas de capital	25.637	25.176
Ajuste de avaliação patrimonial	1.415.116	1.421.429
Lucros (prejuízos) acumulados	45.238	28.136
	3.060.321	2.985.663
Recursos destinados a aumento de capital	-	52.276
Total do patrimônio líquido	3.060.321	3.037.939
TOTAL DO PASSIVO	5.386.056	5.349.391



Vitor Pavesi
CPF nº 087.104.794-22
Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	172.938	152.930
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	(47.015)	-
Serviços de terceiros	(16.353)	-
Aluguéis	(4.093)	-
Depreciações e amortizações	(33.902)	-
Gerais e outros	(506)	-
	<u>(101.869)</u>	<u>-</u>
LUCRO BRUTO	71.069	152.930
DESPESAS OPERACIONAIS		
Pessoal	-	(46.909)
Material	(1.360)	(1.803)
Serviços de terceiros	(17.523)	(27.902)
Aluguéis	(714)	(4.390)
Depreciações e amortizações	-	(33.757)
Tributárias	(728)	(514)
Gerais e outras	(1.580)	(5.128)
	<u>(21.905)</u>	<u>(120.403)</u>
Receitas (despesas) de outras atividades	<u>(22.555)</u>	<u>9</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	26.609	32.536
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	7.249	7.036
Despesas financeiras	<u>(15.240)</u>	<u>(18.548)</u>
	<u>(7.991)</u>	<u>(11.512)</u>
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	18.618	21.024
Provisão para Contribuição Social	(1.957)	(2.154)
Provisão para Imposto de Renda	<u>(5.411)</u>	<u>(5.960)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.250	12.910



Vitor Pavese
CPF nº 087.104.794-22

Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80

Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	11.250	12.910
Outros resultados abrangentes :		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial por depreciação	9.566	9.566
Tributos diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial	(3.252)	(3.253)
Subvenções governamentais - Convênio CPRH	(462)	(476)
Resultado abrangente total	5.852	5.837
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	17.102	18.747



Vitor Pavesi

CPF nº 087.104.794-22

Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis

CPF nº 027.784.974-80

Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Recursos Dest. Aum. Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.426.422	24.700	1.427.742	9.389	40.891	2.929.144
- Aumento de capital do Governo do Estado de Pernambuco:						
Incorporação de bens	84.500					84.500
- Subvenções governamentais - Convênio CPRH		476				476
- Realização do ajuste de avaliação patrimonial:						
Pela depreciação de bens classificados no imobilizado			(9.566)			(9.566)
Atualização do passivo fiscal diferido			3.253			3.253
- Recursos do Governo do Estado de Pernambuco					11.385	11.385
- Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício				12.910		12.910
Outros resultados abrangentes				5.837		5.837
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.510.922	25.176	1.421.429	28.136	52.276	3.037.939
- Aumento de capital do Governo do Estado de Pernambuco:						
Decorrente de inversões financeiras	63.408				(63.408)	-
- Subvenções governamentais - Convênio CPRH		462				462
- Realização do ajuste de avaliação patrimonial:						
Pela depreciação de bens classificados no imobilizado			(9.566)			(9.566)
Atualização do passivo fiscal diferido			3.252			3.252
- Recursos do Governo do Estado de Pernambuco					11.132	11.132
- Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício				11.250		11.250
Outros resultados abrangentes				5.852		5.852
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.574.330	25.638	1.415.115	45.238	-	3.060.321



Vitor Pavesi
CPF nº 087.104.794-22
Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

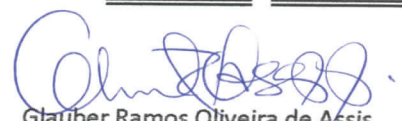
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucros antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	18.618	21.024
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:		
Subvenções governamentais	(461)	(475)
Depreciações e amortizações	33.902	33.757
Créditos de liquidação duvidosa	147	1.118
(Reversão) Provisão para contingências	(1.152)	1.052
Tributos diferidos	255	(3.610)
	<u>51.309</u>	<u>52.866</u>
(Aumento) / Redução de Ativos		
Contas a receber	(3.221)	(608)
Títulos a receber (créditos de alienações de terrenos)	(3.280)	510
Devedores diversos	66	(141)
Tributos e contribuições a recuperar	(8.201)	6.698
Cauções e depósitos vinculados	8.607	16.024
	<u>(6.029)</u>	<u>22.483</u>
Aumento / (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(3.064)	(935)
Cauções e retenções contratuais	(16)	(131)
Obrigações sociais e tributárias	(678)	(1.044)
Provisões para férias e respectivos encargos sociais	71	353
Débitos de convênios - pessoal cedido	118	35
Outros passivos	23.247	29
	<u>19.678</u>	<u>(1.693)</u>
Caixa gerado pelas operações	64.958	73.656
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos	(7.368)	(8.114)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	57.590	65.542
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recursos do Estado de Pernambuco	11.132	95.885
Recursos da Petrobrás S.A. (Refinaria)	(6.388)	(7.615)
Convênio - C.P.R.H.	2.352	3.044
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.096	91.314
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de imobilizado	(39.802)	(136.750)
Aquisições de intangíveis	(1.276)	(6.460)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(41.078)	(143.210)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	23.608	13.646
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	77.149	63.503
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	100.757	77.149



Vitor Pavesi
CPF nº 087.104.794-22

Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80

Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Tarifas portuárias, arrendamentos e aluguéis	195.464	173.116
Outras receitas	10.280	9
	<u>205.744</u>	<u>173.125</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(36.281)	(6.931)
Serviços de terceiros	(33.877)	(27.902)
	<u>(70.158)</u>	<u>(34.833)</u>
Valor adicionado bruto	135.586	138.292
Depreciações e amortizações	(33.902)	(33.757)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	101.684	104.535
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.249	7.036
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>108.933</u>	<u>111.571</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	32.152	32.626
Benefícios	4.581	4.441
FGTS	2.784	2.218
	<u>39.517</u>	<u>39.285</u>
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	33.625	32.248
Municipais	4.494	4.190
	<u>38.119</u>	<u>36.438</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	37	175
Aluguéis	4.807	4.390
Outras	15.203	18.373
	<u>20.047</u>	<u>22.938</u>
Lucros retidos	<u>11.250</u>	<u>12.910</u>
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	<u>108.933</u>	<u>111.571</u>



Vitor Pavesi
CPF nº 087.104.794-22
Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC/PE 017099/O-9

SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOV. ERALDO GUEIROS
CNPJ Nº 11.448.933/0001-62

NOTA SOBRE CUMPRIMENTO DA IFRS

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas Lei 6.404/76, visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos de contabilidade em linha com as normas contábeis internacionais.

SUAPE adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicável, na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2014, conforme facultado pela legislação, tendo refletido os ajustes iniciais naquele exercício na conta de “*Ajuste de Avaliação Patrimonial*”, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2013. Esses ajustes estão representados da seguinte forma:

- **Adequação dos Instrumentos Financeiros:**

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido do custo de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio de resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar e fornecedores.

- **Reconhecimento, Classificação e/ou Reclassificação do Ativo Intangível:**

Foram reconhecidos, classificados e/ou reclassificados todos os investimentos em licenças de softwares, pesquisas, estudos e projetos, os quais passaram a compor o *Ativo Intangível* de SUAPE.

- **Adequações relativas ao Valor de Recuperação de Ativos, Vida Útil e Efeitos Fiscais:**

Foram realizadas as avaliações dos bens imobilizados, classificados nos grupos de Terrenos, Edificações e Terminais Portuários, as quais proporcionam o reconhecimento e registro do

custo atribuído (*deemed cost*) destes ativos, assim como também foram determinadas as estimativas de vida útil de cada item avaliado.

Em função das avaliações realizadas, foi reconhecida a mais-valia de R\$2.172.811 (*dois bilhões cento e setenta e dois milhões, oitocentos e onze mil reais reais*), a qual representou um acréscimo de, aproximadamente, 71% (*setenta e um por cento*) ao patrimônio de SUAPE, passando de R\$3.040.366 mil (*três bilhões, quarenta milhões, trezentos e sessenta e seis mil*) para R\$5.213.177 (*cinco bilhões, duzentos e treze milhões, cento e setenta e sete mil*).

Os lançamentos decorrentes dessas avaliações foram devidamente registrados em subcontas próprias do grupo *Imobilizado* em contrapartida do *Patrimônio Líquido*, preservando, assim a neutralidade tributária prevista pela Lei nº 12.973/2014.

- **Demonstrações do valor adicionado e dos fluxos de caixa:**

As Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa foram adequadamente elaboradas, auditadas e divulgadas por **SUAPE** no conjunto das suas Demonstrações Financeiras.



Vitor Pavesi
CPF nº 087.104.794-22
Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
Contador CRC-PE 017099/O-9
CPF nº 027.784.974-80

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, cujo capital social pertence integralmente ao Estado de Pernambuco, é uma empresa pública estadual dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 7.763, de 07 de novembro de 1978, com o objetivo de implantar e administrar o Complexo Industrial Portuário de SUAPE, promovendo sua infraestrutura referente a transporte, energia, comunicações, abastecimento d'água, esgotos e habitação, estimulando a implantação de indústrias no local, a preservação ecológica e cultural do patrimônio natural e histórico existente na área, bem como participando, quando de sua conveniência, do capital e da administração de empresas que venham a se instalar na área do complexo. Está situada no Km 10, Rodovia PE-60, Engenho Massangana, no município de Ipojuca-PE.

CONVÊNIO Nº DNIT/AQ/0279/2006

Em 29 de dezembro de 2006, foi firmado um Convênio, denominado "CONVÊNIO Nº DNIT/AQ/0279/2006", de Apoio Técnico e Financeiro celebrado entre o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e SUAPE, para execução da dragagem e melhoramento da infraestrutura do Porto de SUAPE, conforme Plano de Trabalho constante do Processo Administrativo nº 50.600.010126/2006-03. Os serviços são: execução de acesso rodoferroviário a Ilha de Tatuoca; execução de acesso aquaviário através de dragagem do canal interno; e fiscalização das obras e serviços. O prazo de vigência era até 31 de outubro de 2007.

Em 31 de Outubro de 2007, foi firmado o 1º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de agosto de 2008.

Em 31 de dezembro de 2007, foi firmado o 2º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objeto alterar quantitativos e incluir serviços, bem como aprovar ajustes necessários ao respectivo Plano de Trabalho, na forma de seu anexo, face aos motivos e justificativas constantes do Processo SEP nº 00045.000082/2007-51, e Vincular o Empenho à conta do aporte de recursos da União corresponde às dotações de recursos de crédito extraordinário/2007, aprovada pela Lei no 1 1.544, de 13/11/2007, publicada no Diário Oficial da União em 14/11/2007.

Em 29 de agosto de 2008, foi firmado o 3º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2009.

Em 30 de Abril de 2009, foi firmado o 4º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2010.

Em 30 abril de 2010, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2011.

Em 29 de abril de 2011, foi firmado o 6º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de janeiro de 2012.

Em 31 de Janeiro de 2012, foi firmado o 7º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 30 de abril de 2012.

Em 30 de abril de 2012, foi firmado o 8º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de maio de 2013.

Em 29 de maio de 2013, foi firmado o 9º Termo Aditivo ao Convênio, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de dezembro de 2013.

CONVÊNIO Nº DNIT/AQ/0279/2006 - continuação

Em 31 de dezembro de 2013, foi firmado o Termo Aditivo nº 10, que tem por objetivo a prorrogação o prazo da vigência transferindo seu término para 31 de julho de 2014.

TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS

Em 18 de agosto de 2008 foi firmado o Termos de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças entre a Petrobras, Governo do Estado de Pernambuco e SUAPE, com o objetivo de viabilizar o projeto da Refinaria em SUAPE, denominada Refinaria Abreu e Lima. Este termo de adiantamento tem por objetivo estabelecer as condições em que serão operacionalizados os investimentos no Porto de SUAPE, com os recursos do adiantamento de tarifa a ser promovido pela Petrobras em favor de SUAPE, definir a sistemática de compensação desse adiantamento, estabelecer responsabilidades de cada uma das partes no exercício das obrigações impostas por esse termo.

O valor total do investimento será de R\$ 475.710 mil, onde R\$ 310.268 mil serão adiantados pela Petrobras e compensados por SUAPE à Petrobras da seguinte forma: serão movimentados pelo Porto de SUAPE 422.147.180 de carga destinada ao uso da refinaria, preferencialmente pelo píer PGL-03, com pagamento de 50% do volume de toneladas pela tarifa portuária vigente à época de cada operação, pela Petrobras ou por empresa por ela indicada. Os 50% restantes do volume em toneladas serão contabilizados pelo valor da tarifa vigente na época da assinatura deste Termo (R\$ 3,98 – três reais e noventa e oito centavos/tonelada), caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Petrobras.

O prazo previsto para compensação das tarifas pagas em adiantamento será de 25 anos. A compensação será consideradas integralmente realizadas quando o total de carga for atingido, independentemente da previsão de prazo. O valor de R\$ 165.443 mil serão utilizados para a construção das obras previstas desse termo necessárias às instalações futuras das tubulações e a título da exclusividade e da preferência constante deste termo, durante o seu prazo de vigência.

Em 27 de abril de 2009 foi firmado o Termo Aditivo nº 1, que tem por objeto a cessão total do termo nº 6000.00.45312.08-4 (de adiantamento de tarifa e compensação futura e critérios de investimento e outras avenças), pela Petrobras, em face da refinaria, para modificar o valor da tarifa que caracteriza a compensação do adiantamento realizado pela Petrobras. Por meio deste aditivo, a Petrobras cede para Refinaria Abreu e Lima S.A. o Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimentos e Outras Avenças nº 6000.00.453.08-4.

Em 1º de março de 2010 foi firmado Termo Aditivo nº 2, do Termo nº 8500.0000011.09.4, que considera que há necessidade de melhor definir as Etapas – Marcos de Medição, das Obras da Variante de Acesso a SUAPE – *Express Way* – com ressarcimento, que as etapas não apresentam-se subdivididas conforme as Etapas de Construção: 01- Duplicação do Tronco Distribuidor Rodoviário Norte (TDR-Norte) e 02 – Implantação do Contorno do Cabo de Santo Agostinho.

Em 1º de dezembro de 2010 for firmado o 3º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Obras e Outras Avenças. As obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: dragagem da bacia de evolução, até julho de 2010; construção do píer petroleiro (PGL-03), até dezembro de 2010; melhoramento da via de acesso ao píer petroleiro (PGL-03), até dezembro de 2010; sinalização náutica do canal de acesso e bacia de manobra, até dezembro de 2012; realização de serviços preliminares, realização de serviços diversos, variante de acesso a SUAPE (*Express Way*), até abril de 2012; duplicação da rodovia PE-60, no trecho entre o acesso principal de SUAPE e o entrocamento do novo acesso à zona industrial portuária, e da rodovia do novo acesso à zona industrial portuária, até maio de 2011; execução de obras de reforço aos cabelos do recifes no Porto de SUAPE, até junho de 2012; fiscalização/gerenciamento das obras.

Em função da inclusão de novas obras, foram alteradas as seguintes cláusulas: instituir hipoteca ou penhor sobre bens não afetados cujo valor de avaliação seja equivalente a 65%; que deverá ser avaliada por empresa privada, especializada no ramo imobiliário, previamente aprovada pela Petrobras; e agravantes instituídos por força deste item deverão ter duração idêntica à vigência deste termo; e emissão de notas promissórias e recibo por SUAPE, em benefício da Refinaria, no valor de cada reembolso efetivado, totalizando o montante do adiantamento que será objeto de compensação, R\$ 463.856 mil.

TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS - continuação

Em razão da necessidade de revisão, as obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: tubovia, engordamento interno do molhe para criação de faixa de servidão para tubulação, reforço para tubulações, reforço externo do molhe, até dezembro de 2012; e, prolongamento do molhe principal, até abril de 2010, no montante de R\$ 165.443 mil.

O Estado e SUAPE assumem a obrigação de executar a obra de Dragagem e derrocamento do canal marítimo de acesso ao Porto de SUAPE, até dezembro de 2012, no valor de R\$ 200.000 mil.

O Estado e SUAPE assumem, sem ônus para a Refinaria, a obrigação pela manutenção do canal marítimo de acesso ao Porto de SUAPE, da bacia de evolução, das estruturas civis dos piers e da faixa de servidão da tubovia no porto externo, e de outras instalações portuárias.

O valor total do investimento passa a ser de R\$ 829.298 mil, onde R\$ 463.856 serão adiantados pela Refinaria e compensados por SUAPE à Refinaria da seguinte forma: serão movimentadas pelo Porto de SUAPE 485.469.257 toneladas de carga destinada ao uso da Refinaria, preferencialmente pelo píer PGL-03, com pagamento de 169.921.499 toneladas pela tarifa portuária vigente na época de cada operação, pela Refinaria ou por empresa por ela indicada; a movimentação de 315.547.758 toneladas será faturada pelo valor da tarifa acordada neste Termo (R\$ 1,47 — um real e quarenta e sete centavos/tonelada), deferida nos termos da Portaria de SUAPE no 014/2009, caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Refinaria.

Se o valor de R\$ 829.298 for superior ao valor total dos contratos, ele deverá ser reduzido mediante um Termo Aditivo, se inferior, o Estado e SUAPE arcarão com os valores que excederem aos valores antecipados pela Refinaria.

O prazo previsto para compensação das tarifas pagas em adiantamento será de 25 anos e será considerada integralmente realizada quando o total de carga expresso for atingido, independentemente da previsão de prazo feita.

A operacionalização do faturamento, por período de medição, das cargas movimentadas, no Porto de SUAPE em tonelada, pela Refinaria ou por empresa por ela indicada, se dará da seguinte forma: 35% do faturamento se dará pela tarifa portuária vigente a época de cada operação; e, 65% do faturamento se dará pela tarifa de R\$ 1,47 (um real e quarenta e sete centavos/tonelada), deferida nos termos da Portaria de SUAPE no 014/2009, caracterizando a compensação do adiantamento realizado pela Refinaria.

Em 1º de julho de 2011 foi firmado o Termo Aditivo nº 4, tem por objeto o Estado e SUAPE assumirem as obrigações de: garantir o fornecimento de água para a refinaria, na vazão de 2.000m³/h, a partir de agosto de 2010; a Refinaria pagará a tarifa correspondente ao fornecimento de água previsto à concessionária local, solucionar as pendências existentes junto ao Registro de Imóveis de Ipojuca para possibilitar o registro dos 2 terrenos doados à Refinaria para construção da refinaria; acompanhar a execução das etapas das obras restantes; instituir hipoteca ou penhor sobre bens não afetados cujo valor de avaliação seja equivalente a 65% a avaliação deverá ser ratificada por empresa privada, especializada no ramo imobiliário, aprovado pela Refinaria; emitir notas promissórias e recibo por SUAPE, em benefício da Refinaria, no valor de cada desembolso efetivado, totalizando o montante do adiantamento que será objeto de compensação de R\$ 463.856 mil; viabilizar a utilização do píer petroleiro PGL-2 do Porto de SUAPE, no caso de obras de construção do píer petroleiro PGL-03 não ficarem prontas no prazo; fornecer ou manter acessível balanço anual de SUAPE devidamente auditado, assim como o balancete trimestral não auditado para Refinaria e conceder, pelo prazo de duração deste termo, exclusividade no acesso à tubovia que ligará a refinaria ao novo píer petroleiro PGL-03 o uso preferencial desse novo píer petroleiro PGL-03, e a prioridade na atracação à Refinaria ou à empresa por ela indicada, independentemente da programação antecipada, conforme estabelecido no artigo 58, 20 da Lei 9.478/1997.

Em 1º de dezembro de 2011, foi firmado o 5º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente termo aditivo tem por objeto ratificar o disposto no item 6.1.5 da cláusula sexta, com a inclusão de um subitem informando que a previsão aplica-se a todos os repasses efetuados no bojo do presente termo.

Em 2 de julho de 2011, foi firmado o 6º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente Termo Aditivo tem por objeto a adequação do anexo 2, relativo ao critério para

TERMO DE ADIANTAMENTO DE TARIFA E COMPENSAÇÃO FUTURA E CRITÉRIOS DE INVESTIMENTO E OUTRAS AVENÇAS - continuação

a medição e a adequação das datas previstas para conclusão das obras. As obras passam a ter os seguintes prazos de conclusão: Variante de acesso a SUAPE (*Expresso Way*) e, Duplicação da Rodovia PE-06, no trecho entre o Acesso Principal de SUAPE e o entroncamento do Novo Acesso à Zona Industrial Portuária e da Rodovia do Novo Acesso à Zona Industrial Portuária, até dezembro de 2012; Execução de obras de reforço aos cabeços dos arrecifes no Porto de SUAPE, até outubro de 2012; e Dragagem e derrocamento do canal marítimo de acesso ao porto de SUAPE, até agosto de 2013.

Em 2 de dezembro de 2013, foi firmado o 7º Termo Aditivo ao Termo de Adiantamento de Tarifa e Compensação Futura e Critérios de Investimento e Outras Avenças. O presente Termo Aditivo tem por objeto descrever a metodologia para a operacionalização da compensação dos créditos associados aos adiantamentos de tarifas portuárias, bem como a operacionalização dos pagamentos referentes às movimentações de cargas. As partes vem ratificar o seguinte: 35% das toneladas movimentadas serão pagas à tarifa vigente à época da movimentação das e 65% das toneladas movimentadas serão compensadas com os créditos que a Refinaria possui junto à SUAPE, considerado para tanto o valor da tarifa de RS 1,47 (um real e quarenta e sete centavos), por tonelada movimentada O valor de RS 1,47 (um real e quarenta e sete centavos) permanecerá constante até a completa realização dos créditos. Os créditos mencionados acima correspondem à quantidade de 315.547.758 toneladas, contabilizado ao valor de RS 463.856. O valor do desconto será devera ser obtido multiplicando-se 65% das toneladas pelo resultado da diferença entre a tarifa vigente e a tarifa de RS real e quarenta e sete centavos). O valor da compensação devera ser calculado multiplicando-se 65% das toneladas, movimentadas pela tarifa de RS 1,47 — um real e quarenta e sete centavos, que permanecerá constante até a completa realização dos créditos. SUAPE somente fará a cobrança financeira de 35% das toneladas movimentadas à tarifa vigente à época de cada movimentação de cargas.

TERMO DE COMPROMISSO Nº 004/2009

Em 31 de dezembro de 2009 foi firmado o Termo de Compromisso nº 004, entre si União, por intermédio da Secretaria Especial de Portos — SEP/PR, e a Administração do porto de SUAPE Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, para Construção de acesso Rodoferroviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia.

O prazo de vigência e de execução deste Termo de Compromisso seria até 30 de abril de 2011, poderá ser prorrogada mediante termo aditivo, por solicitação do Porto de SUAPE, devidamente fundamentada, formulada 30 dias antes do seu término.

Os recursos correspondentes a este Termo de Compromisso, equivalentes a RS 71.562, sendo RS 68.000 previstos na funcional programática 26.782.1459.108Z.0026 "Construção do Sistema Viário Interno a Ilha de do Porto Interno de SUAPE" e RS 3.562, relativos à contrapartida de SUAPE, de que trata o art. 43 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, estão consignados através da Lei Estadual.

Em 29 de abril de 2011 foi firmado o Termo Aditivo nº 1 ao Termo de Compromisso no 4/2009, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência para 30 de novembro de 2012 e alteração da cláusula da liberação dos recursos, no qual quando a liberação do recurso ocorrer em 3 ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada, composta da documentação especifica nos itens III a VII do art. 28 da IN/STN nº 01/97.

Em 30 de novembro de 2012 foi firmado o Termo Aditivo nº 2, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de maio de 2013.

Em 29 de maio de 2013 foi firmado o Termo Aditivo nº 3, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de dezembro de 2013.

Em 27 de dezembro de 2013 foi firmado o Termo Aditivo nº 4, que tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência, transferindo seu término para 31 de julho de 2014.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 16/04/2018.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

São os seguintes os principais princípios e práticas contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a provisão para redução ao valor recuperável e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar e fornecedores.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

e) Contas a Receber

Registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração no mercado de atuação da Empresa, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

f) Tributos a compensar

Refere-se, principalmente, a créditos tributários sobre bases de cálculos negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda (IR) e ao pagamento antecipado de CSLL e IR, calculados e registrados conforme legislações vigentes.

g) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição deduzido das provisões para desvalorizações, quando aplicável;

h) Imobilizado

Os grupos de: terrenos, edificações e terminais portuários, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos.

Demais itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, menos a correspondente depreciação acumulada. Os encargos de depreciação, amortização e exaustão foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para SUAPE. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

i) Intangíveis

Representado por aquisição de licenças de uso de softwares, estudos e projetos, registrado pelo custo de aquisição.

j) Demais Ativos Circulantes e Não-Circulantes

Representados principalmente por: créditos de alienações de terrenos, depósitos e cauções judiciais, estão registrados de acordo com as condições contratadas, sendo que os referentes a tributos a recuperar segue a legislação vigente, sendo classificados como Não Circulante (RLP) os com vencimento após o encerramento do exercício subsequente, ou sem previsão definida de realização.

k) Obrigações com fornecedores, sociais e tributárias, e as demais obrigações

Estão registrados tendo por base a legislação vigente, sendo que os classificados como Não Circulantes terão vencimento após o exercício subsequente;

l) Provisão para contingência

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

m) Recursos da União (subvenções)

Recursos decorrentes do Convênio 08/1995. De acordo com a Cláusula Oitava – Disposições Finais – todos os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos previstos nesse convênio ficarão sob gestão e guarda de SUAPE, cabendo ao Ministério dos Transportes definir a destinação dos mesmos, após a extinção do Convênio.

Estão classificados no passivo não circulante, consoante entendimento emanado da Resolução CFC nº 1.143, de 21.11.2008, que aprovou a NBC T 19.4 – Subvenção e Assistência Governamentais. Referida Resolução, em item 14, destaca que, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser em conta específica do passivo.

Em virtude de sua natureza, essas contas não representam obrigações financeiras e, dessa forma, não devem ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico - financeiros.

n) Reconhecimento da receita

A Empresa reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

(a) Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS - continuação

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

o) Contribuição Social e Imposto de Renda

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil, e 9% sobre o lucro tributável, respectivamente, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, quando aplicável, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O tributo diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O tributo diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Caixa	-	-
Contas bancárias à vista	6.198	2.125
Aplicações financeiras	94.559	75.024
	100.757	77.149

As aplicações financeiras registradas como equivalentes de caixa, estão representadas por recursos aplicados substancialmente em fundos de investimento de renda fixa, administrados pelo Banco Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cujas rentabilidades tendem a se igualar à taxa DI, sem vencimento pré-determinado, podendo ser resgatados a qualquer momento pela Empresa.

5. CONTAS A RECEBER

Créditos decorrentes da prestação de serviços portuários e arrendamentos de áreas.

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Valores a receber	12.439	9.218
Provisão para devedores duvidosos	(3.950)	(3.803)
	8.489	5.415

6. TÍTULOS A RECEBER

Créditos decorrentes de alienações de terrenos, destinados à implantação de unidades industriais, mediante contratos de compra e venda oriundos de concorrências públicas de acordo com a Lei nº 8.666/93 e subsequentes, atualizados monetariamente de acordo com a variação do IGP-M.

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Títulos a receber	9.317	6.037
Provisão para devedores duvidosos	(1.901)	(1.901)
	7.416	4.136

7. DEVEDORES DIVERSOS

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos a empregados	541	607
Créditos de pessoal cedidos a outros órgãos	626	626
	1.167	1.233

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
IRPJ – Saldo negativo	7.583	1.665
CSLL – Saldo negativo	2.549	45
IRRF sobre aplicações financeiras	628	890
ISS a recuperar	244	244
ICMS a recuperar	26	26
PIS/PASEP	78	64
COFINS	355	275
Outros	80	133
	11.543	3.342

9. CONTAS A RECEBER – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	17.363	17.363
Demais contas a receber	179	179
	17.542	17.542

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos em contas de poupança de cauções de fornecedores	2.192	2.078
Depósitos judiciais – trabalhistas, indenizações de posse, taxa de ocupação e outros	19.447	28.168
	21.639	30.246

11. IMOBILIZADO

R\$ Mil				
31.12.2017				31.12.2016
Custo	Avaliação a Valor Justo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
• Terrenos	158.059	1.621.072	-	1.779.131
• Terminais portuário	1.018.054	523.703	(71.284)	1.494.234
• Edificações	333.901	28.037	(136.098)	230.649
• Máquinas e equipamentos	1.667	(705)	962	1.079
• Veículos	296	(296)	-	-
• Móveis e utensílios	4.402	(2.804)	1.598	1.561
• Computadores e periféricos	1.199	(688)	511	706
• Instalações	2.517	(504)	2.013	2.248
• Obras em andamento	1.687.088	-	1.687.088	1.649.066
3.207.183	2.172.812	(212.379)	5.167.616	5.158.674

a) Revisão e ajuste da vida útil estimada

SUAPE efetuou o registro do custo atribuído (*deemed cost*) de Terrenos, Edificações e Terminais Portuários, em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, baseada em avaliação efetuada por avaliadores independentes. Da mesma forma, foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado em virtude da nova vida útil estimada dos mesmos, conforme Pronunciamento Técnico 27 - Ativo Imobilizado. Em consequência, em 31 de dezembro de 2014, foi registrada mais-valia dos ativos e foram modificadas as taxas de depreciação dos bens do imobilizado em virtude de nova estimativa de vida útil-econômica destes.

12. INTANGÍVEL

R\$ mil				
31.12.2017				31.12.2016
Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	
Estudos e projetos:				
• Plano diretor	4.339	(1.317)	3.022	3.455
• Projeto básico ambiental	7.150	(3.128)	4.022	4.857
• Projeto para privatização do pátio de contêineres	1.788	(879)	909	909
• Banco de dados	700		700	700
• Pesquisas	1.244	(384)	860	1.005
• Aforamento de áreas - honorários	14.188	(4.256)	9.932	11.351
• Reflorestamento	26.621		26.621	25.629
• Outros projetos e estudos	4.429	(655)	3.774	3.701
60.459	(10.619)	49.840	51.607	

13. FORNECEDORES

R\$ mil		
	31.12.2017	31.12.2016
VAN OORD Serviços de Operações Marítimas Ltda	105.565	105.565
Outros	6.737	9.801
	112.302	115.366

13. FORNECEDORES - continuação

O saldo a pagar ao fornecedor VAN OORD decorre de obras de infraestrutura realizadas em exercícios anteriores, através de convênios celebrados com a UNIÃO e a PETROBRÁS, e aguardam os repasses dos recursos para sua devida liquidação.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
INSS	1.072	954
FGTS	274	267
PIS	272	250
COFINS	1.256	1.180
Imposto de Renda Retido na Fonte	729	741
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	236	191
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	0	730
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	78	347
ISS Próprio	352	353
ISS Retido na Fonte	352	348
Outros	64	2
	4.685	5.363

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	R\$ mil		
	31.12.2017		31.12.2016
	Circulante	Não Circulante	
S/A Suape Granéis do Nordeste - Indenização	21.372	10.686	-
Outras	1.645	-	1.292
	23.017	10.686	1.292

16. RECURSOS PETROBRAS S.A. – REFINARIA ABREU E LIMA

Em 28.02.2007 a PETROBRAS, o ESTADO e SUAPE assinaram Termo de Compromisso com o objetivo de viabilizar o projeto da Refinaria Abreu e Lima em SUAPE.

Em 18.08.2008 foi formalizado o Termo de Adiantamento de Tarifa Portuária e Compensação Futura, que tem por objeto (i) estabelecer condições em que serão operacionalizados os investimentos por SUAPE com os recursos do adiantamento de tarifa a ser promovido pela PETROBRAS; (ii) definir a sistemática de compensação desse adiantamento e (iii) estabelecer as responsabilidades.

O referido Termo foi, em 01.12.2010, aditado pela terceira vez, passando a ter o valor global - conforme cláusula quinta - de R\$ 829.297 mil, sendo R\$ 463.855 mil adiantados pela Refinaria e compensados por SUAPE; R\$ 165.442 mil para construção das obras previstas no item 2.3 do Termo e, R\$ 200.000 mil para construção de novas obras previstas no item 2.4 do Termo. Em 11.07.2011, foi firmado o quarto aditivo que objetivou ratificar a intenção das partes e realizar a adequação dos termos e cláusulas.

16. RECURSOS PETROBRAS S.A. – REFINARIA ABREU E LIMA - continuação

O adiantamento de valores pela PETROBRAS tem o intuito de possibilitar a partida da Refinaria, cujo investimento terá o seguinte tratamento:

- a) compensação por SUAPE à PETROBRAS, mediante a movimentação de carga destinada ao uso da refinaria;
- b) utilização para a construção das obras necessárias às instalações futuras das tubulações, sem ressarcimento.

Liberações:	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Vinculadas ao orçamento de adiantamento de tarifa portuária (item a)	442.528	448.916
Vinculadas ao orçamento de obras de exclusividade e preferência (item b)	323.442	323.442
	765.970	772.358

17. RECEITA DIFERIDAS – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

Referem-se subvenções realizadas pela Agência Estadual de Meio Ambiente-CPRH, por meio do convênio nº 01/2013, no âmbito da aplicação de recursos de compensação ambiental, com a finalidade de promover a regularização fundiária do território da Estação Ecológica de Bita e Utinga, inserida nos limites do território de SUAPE.

O valor total do citado convênio é de R\$ 59.599 mil, dos quais já foram repassados R\$ 41.969 mil, utilizados da seguinte forma:

Movimentação	R\$ mil
Recursos recebidos	
Liberações	41.969
Rendimentos de aplicações financeiras	10.587
Total dos recursos recebidos	52.556
Aplicação de recursos	
Indenizações	22.717
Auxílio moradia	1.898
Mudança/Demolição	35
Outras	2
Total das aplicações	24.652
Saldo de recursos a aplicar	27.904

18. TRIBUTOS DIFERIDOS

Os Tributos Diferidos correspondem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

18. TRIBUTOS DIFERIDOS - continuação

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Base de cálculo dos Tributos Diferidos		
Ajuste de avaliação patrimonial	2.144.114	2.153.680
Provisão para contingências	(2.507)	(12.823)
Notas fiscais a cancelar	(3.531)	(3.531)
	2.138.076	2.137.326
Tributos Diferidos		
IRPJ - 25%	534.519	534.332
CSLL - 9%	192.427	192.359
	726.946	726.691

19. CONTINGÊNCIAS

19.1. PERDAS PROVÁVEIS – PROVISÕES CONSTITUÍDAS

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa mantém registrada provisão para perdas em processos de natureza cível, trabalhista, tributária, administrativo-econômico e ambiental. Baseada na opinião dos consultores jurídicos, as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas como "prováveis", montam a R\$ 2.507 mil (2016 – R\$ 12.823 mil).

A composição da provisão para passivos eventuais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 está assim demonstrada:

	R\$ mil	
	31.12.2017	31.12.2016
Cível	-	9.164
Trabalhista	1.553	1.553
Tributária	15	45
Ambiental	939	2.061
	2.507	12.823

19.2. PERDAS POSSÍVEIS – PROVISÕES NÃO CONSTITUÍDAS

Em 31 de dezembro de 2017, os valores dos processos judiciais avaliados com o grau de risco de perda possível e não provisionados estão estimados em R\$ 362.097 mil.

20. RECURSOS DA UNIÃO

Recursos provenientes de convênios celebrados com o Governo Federal para realização de obras de infraestrutura no Porto de SUAPE, compostos da seguinte forma:

Termo de Compromisso / Convênio	Objeto	Vigência	Liberações (líquidas das devoluções) R\$ mil
Convênio 021/91 (DNIT)	Recuperação e ampliação de linha férrea	Dez/91 a jan/93	772
Convênio 013/92 (DNIT)	Melhoramentos do Porto de SUAPE	Dez/92 a dez/93	1.075
Convênio 004/94 (DNIT)	Dragagem no Porto de SUAPE	Nov/94 a dez/95	1.214
Convênio 007/95 (DNIT)	Complementação e melhoramento do Porto de SUAPE	Out/95 a dez/95	1.069
Convênio 008/95 (DNIT)	Complementação e melhoramento do Porto de SUAPE	Nov/95 a dez/08	387.416
Convênio 279/06	Execução das obras e serviços de dragagem do canal de aproximação e construção civil do sistema rododferroviário de acesso à Ilha de Tatuoca	Dez/06 a dez/14	71.844
TC 002/2009	Dragagem do canal de acesso e canais de aproximação ao estaleiro atlântico sul no porto interno de SUAPE	Dez/09 a dez/14	71.512

20. RECURSOS DA UNIÃO - continuação

Termo de Compromisso / Convênio	Objeto	Vigência	Liberações (líquidas das devoluções) R\$ mil
TC 004/2009	Execução das obras e serviços de construção do acesso rododiferroviário às Ilhas de Tatuoca e Cocaia	Dez/09 a mai/11	65.849
TC 002/2010	Execução da dragagem de aprofundamento do canal de acesso para compatibilizar o traçado geométrico e as profundidades com porte dos navios petroleiros que demandarão ao píer petroleiro no Porto de SUAPE.	Dez/10 a mai/13	39.000
Valor original dos repasses			639.751
Correção monetária			4.602
Total dos repasses corrigidos			644.353

21. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social é de R\$ 1.574.330 mil (R\$ 1.510.922 mil em 2016) e pertence integralmente ao Governo do Estado de Pernambuco.

22. RECEITA DE VENDA E SERVIÇOS E ARRENDAMENTOS

	R\$ mil	
	2017	2016
Movimentações gerais – líquido	73.830	72.797
Serviços – Porto Interno	10.485	9.522
Contratos de arrendamento	109.515	89.315
Outras	1.688	1.694
	195.518	173.328
Impostos incidentes	(22.580)	(20.398)
	172.938	152.930

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	R\$ mil	
	2017	2016
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	18.618	21.025
Adições	13.150	14.512
Exclusões	(10.777)	(981)
Lucro Real antes da compensação dos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL	20.991	34.556
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da CSLL	-	-
Lucro Real	20.991	34.556
IRPJ – 15% e adicional de 10%	5.224	8.615
(Provisão) Reversão de crédito fiscal	187	(2.655)
Despesa com IRPJ	5.411	5.960
CSLL – 9%	1.889	3.110
(Provisão) Reversão de crédito fiscal	68	(956)
Despesa com CSLL	1.957	2.154

24. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa estava em processo de contratação de seguros.



Vitor Pavési
CPF nº 087.104.794-22
Diretor Administrativo-Financeiro



Glauber Ramos Oliveira de Assis
CPF nº 027.784.974-80
Contador CRC-PE 017099/O-9

* * *